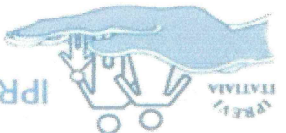




ATA DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREVI – 26/08/2026

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de 2026, às nove horas, deu-se início à 08ª (oitava) Reunião Ordinária do ano de 2026 deste Conselho Fiscal, realizada na sede do IPREVI, convocada através da Carta/CF/IPREVI/011/2026, em atendimento aos dispositivos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os Srs. Conselheiros (as): Dalva Pinheiro de Lima, Anderson Antonio Rocha da Silva, José Nascimento da Silva e Valdirene Rocha. As pautas previamente agendadas foram: 1. Apresentação, análise e deliberação acerca do Balancete, referente à competência julho/2026; 2. Apresentação, análise e deliberação acerca do Relatório Analítico de Investimentos, elaborado pela LEMA Consultoria de Investimentos, referente à competência julho/2026; 3. Apresentação e apreciação das propostas de previsão das receitas e fixação das despesas do IPREVI, para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual-LOA, exercício de 2027; 4. Apresentação e apreciação do Planejamento Estratégico do IPREVI, referente ao período de 2027 a 2031; 5. Apresentação e apreciação da proposta do Código de Ética do IPREVI; 6. Apresentação e apreciação das adequações promovidas na minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a Reforma Administrativa do IPREVI. A Diretora-Presidente do IPREVI, Sra. Alessandra Arantes Marques, agradeceu a presença de todos e deu início à reunião, apresentando o novo membro do Conselho Deliberativo indicado pelo Poder Executivo, o Sr. Renan de Souza Cid. Prosseguindo com a pauta previamente agendada, foi apresentado o Balancete - Competência: Julho/2026. As receitas orçamentárias foram de R\$ 3.325.003,85 (três milhões, trezentos e vinte e cinco mil e três reais e oitenta e cinco centavos) e as extraorçamentárias foram de R\$ 270.052,77 (duzentos e setenta mil e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos), totalizando R\$ 3.555.056,62 (três milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos). As transferências financeiras recebidas foram de R\$ 109.161,04 (cento e nove mil, cento e sessenta e um reais e quatro centavos); as interferências financeiras foram de R\$ 1.857.200,90 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos reais e noventa centavos) e o saldo bancário do mês anterior foi de R\$ R\$ 631.391,76 (seiscentos e trinta e um mil, trezentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos). O total geral das receitas foi de R\$ R\$ 6.152.810,32 (seis milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e dez reais e trinta e dois centavos). As despesas orçamentárias foram de R\$ 1.809.612,28 (um milhão, oitocentos e nove mil, seiscentos e doze reais e vinte e oito centavos) e as extraorçamentárias foram de R\$ 226.935,76 (duzentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos), totalizando R\$ 2.036.548,04 (dois milhões, trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quatro centavos). Não houve transferências financeiras cedidas; as interferências financeiras foram de R\$ 3.465.189,74 (três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cento e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos) e saldo bancário foi de R\$ 651.072,54 (seiscentos e cinquenta e um mil e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos). O Balancete - Competência: Julho/2026 foi aprovado. A seguir, foi apresentado o Relatório do Controle da Taxa - Competência: Julho/2026. A totalidade da folha dos servidores efetivos no exercício de 2025 foi de R\$ 75.868.053,84 (setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos). O valor da Taxa de Administração - alíquota de 3,00% (três por cento) para o ano de 2026 é de R\$ 2.276.041,61 (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil e quarenta e um reais e sessenta e um centavos) e o valor da Taxa de Administração Pró-Gestão - alíquota de 0,60% (sessenta centésimos por cento) é de R\$ 455.208,32 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e oito reais e trinta e dois centavos). No mês de julho, as despesas administrativas foram de R\$ 76.658,22 (setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos); os adiantamentos, viagens e capacitações somaram R\$ 14.809,73 (quatorze mil, oitocentos e nove reais e setenta e três centavos) e a folha de pagamento foi de R\$ 76.224,08 (setenta e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais e oito centavos), totalizando R\$ 167.692,03 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais



e três centavos). O valor total utilizado da Taxa de Administração entre janeiro e julho de 2026 foi de R\$ 824.976,90 (oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos), restando o saldo de R\$ 1.451.064,71 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e um mil e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos). O valor total utilizado da Taxa de Administração Pró-Gestão entre janeiro e julho de 2026 foi de R\$ 118.589,73 (cento e dezoito mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), restando o saldo de R\$ 336.618,59 (trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos). O Relatório do Controle da Taxa - Competência: Julho/2026 foi aprovado. A seguir, foram apresentadas as propostas de previsão das receitas e fixação das despesas do IPREVI, para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual-LOA, exercício de 2027, constantes nos anexos "RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA", com Total Geral das Receitas: R\$ 41.750.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta mil reais), especificadas em suas respectivas categorias; e "NATUREZA DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA", Total Geral das Despesas: R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), especificadas em suas respectivas categorias. A seguir, foi apresentado o Relatório Analítico de Investimentos, elaborado pela LEMA Consultoria de Investimentos, referente à competência de Investimentos, elaborado pela LEMA Educação e Finanças, o Sr. Vitor Leitão, fez uma apresentação de julho/2026. O sócio-fundador da LEMA Educação e Finanças, o Sr. Vitor apresentando-se da empresa, que atua há 15 anos no Mercado Financeiro e destacou o uso da tecnologia no sistema desenvolvido pela empresa, o qual permite aos regimes próprios de previdência acesso às informações atualizadas sobre a sua carteira de investimentos com segurança e transparência. Após, o Sr. Vitor apresentou o relatório dos investimentos referentes ao mês de julho, que totalizaram R\$ 401.311.975,46 (quatrocentos e um milhões, trezentos e onze mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos). A rentabilidade do mês foi de 1,28% (um inteiro e vinte e oito centésimos por cento), superando a meta mensal de 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento), e o retorno acumulado foi de 6,68% (seis inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), aproximando-se da meta de 6,75% (seis inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento). O Sr. Vitor apresentou as alocações dos investimentos, segundo os enquadramentos por segmento de aplicação. O Sr. Mário Célio perguntou se houve alguma mudança significativa na carteira de investimentos, em virtude da mudança da empresa que faz a consultoria. Em resposta, o Sr. Vitor disse que não houve grandes mudanças, mas que será necessária uma análise acerca da realocação de títulos públicos em virtude do seu vencimento. Em seguida, o Sr. João Meirelles apresentou as adequações promovidas na Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a Reforma Administrativa do IPREVI, explicitando, inicialmente, os motivos da necessidade de uma nova estrutura organizacional do IPREVI, a fim de que o Instituto se adequasse aos requisitos do III do Pró-Gestão RPPS (Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social). Tal adequação decorre da Resolução CMN nº 5.272/2025, que reformulou as regras de aplicação dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Foi apreciada e aprovada, por este Conselho Deliberativo, a minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a Nova estrutura Básica Organizacional e o Quadro Geral de Pessoal do IPREVI e dá outras providências. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a 08ª (oitava) Reunião Ordinária deste Conselho Fiscal às doze horas e trinta minutos.

Assinado digitalmente por
João Meirelles

João Meirelles, Valdyr de Souza, Anderson Antônio de Souza, Antônio de Souza